

1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	13:120\$929
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	6:380\$610
Valores selados . . .	6:872\$861
Dinheiro . . .	1:582\$046
Total—Réis . . .	27:956\$446

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:097.—Relator o Ex.º Vogal José de Cupertino Ribeiro Júnior.—Responsável Cândido José de Alencastre, na qualidade de recebedor do concelho de Porto Santo, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 18 de Maio de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	358\$352
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	1:798\$351
Valores selados . . .	2:172\$812
Dinheiro do Tesouro . . .	219\$726
Total—Réis . . .	4:549\$241

que passou a débito da conta imediata.

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 24 de Maio de 1912.—Bernardo Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

3.ª Secção

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:100.—Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara.—Responsável a Câmara Municipal do concelho de Portalegre, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1909, foi julgada quite por acórdão definitivo de 26 de Maio de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplicações:

Em conta do município . . .	294\$898
Em conta de viação . . .	1:244\$511
Total—Réis . . .	1:539\$409

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:101.—Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro.—Responsáveis os vereadores da Câmara Municipal do concelho de Estremoz, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1910, foram julgados quites por acórdão definitivo de 25 de Maio de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes aplicações:

Em conta do município . . .	339\$482
Em conta de viação . . .	131\$776
Total—Réis . . .	471\$258

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:102.—Relator o Ex.º Vogal J. J. Dinis.—Responsável a Câmara Municipal do concelho de Braga, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1910, foi julgada quite por acórdão definitivo de 25 de Maio de 1912; sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Em conta do município . . .	2:580\$626
Em conta de empréstimos . . .	56:947\$912
Em conta da viação . . .	3:056\$263

Em conta especial:

Papéis de crédito . . .	26:300\$000
Dinheiro . . .	1:236\$442
Total—Réis . . .	90:121\$243

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:103.—Relator o Ex.º Vogal Aresta Branco.—Responsável a Câmara Municipal do concelho de Lamogo, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1910, foi julgada quite por acórdão definitivo de 25 de Maio de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Em conta do município . . .	4:091\$133
Em conta da viação . . .	1:787\$151
Total—Réis . . .	5:878\$284

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:104.—Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata.—Responsável a Câmara Municipal do concelho de Cezimbra, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1910, foi julgada quite por acórdão definitivo de 25 de Maio de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes aplicações:

Em conta do município . . .	\$530
Em conta da viação . . .	\$838
Total—Réis . . .	1\$368

que passou a débito da conta imediata.

Está conforme.—3.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração

Financeira do Estado, em 28 de Maio de 1912.—Pelo Chefe da Secção, o primeiro Contador, Ramiro de Seixas Trindade.

Verifiquei a exactidão.—Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

Por portaria de 12 do corrente:

Segundo tenente Henrique Owen Pinto, e aspirante do 1.ª classe a maquinista naval, Alberto Dias da Silva—concedida licença por trinta dias, para se tratarem.

Majoria General da Armada, em 12 de Junho de 1912.—O Major General da Armada, J. M. Teixeira Guimarães.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Em nota de 31 do mês próximo findo, comunicou a esta Secretaria de Estado o Conselho Federal Suíço haver-lhe a embaixada de França notificado, de acôrdo com as legações da Gran-Bretanha e do Itália, a adosão da Etiópia ao Convénio postal, de 1906, relativo à permutação de cartas e caixas com valor declarado.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 14 de Junho de 1912.—A. F. Rodrigues Lima.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro e Pessoal

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Maio 31

Vicente António Dias Pereira, chefe de conservação da Direcção das Obras Públicas do distrito de Leiria—passado à situação de inactividade, por doença. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12 do corrente).

Junho 6

João Carlos Alves e Manuel Antunes de Almeida, condutores de 3.ª classe da secção de obras públicas do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil—passados à situação de serviço destacado nos caminhos de ferro do Estado. (Visto do referido Conselho de 12 do corrente).

Junho 14

José Rodrigues Valdez Penalva, engenheiro subalterno de 2.ª classe da secção de obras públicas do corpo de engenharia civil, em serviço na 3.ª Direcção de Serviços Fluviais e Marítimos—sessenta dias de licença, para se tratar no estrangeiro, ficando obrigado ao pagamento dos respectivos emolumentos, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do decreto de 16 de Junho de 1911, e do imposto do sêlo, nos termos doutro decreto da mesma data.

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, em 14 de Junho de 1912.—O Director Geral, Francisco da Silva Ribeiro.

Repartição de Minas

1.ª Secção

Manuel de Arriaga, Presidente da República Portuguesa, pelo voto da Assembléa Nacional Constituinte, faço saber aos que este meu alvará vierem que, tendo-me sido presente o requerimento em que a companhia inglesa denominada «Wolfram Mining and Smelting & Company, Limited», pede a transmissão da propriedade da mina de volfrâmio do Alvaroso, na freguesia de Bodelhão, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco;

Considerando que, por alvará de 2 de Maio de 1904, foi a propriedade desta mina concedida à Sociedade de Minas de Wolfram em Portugal;

Vistos os documentos por onde se prova que a requerente é legítima cessionária de todos os direitos conferidos pelo citado alvará de 2 de Maio de 1904, o que foi pago o imposto exigido pelo n.º 2.º do artigo 2.º do regulamento aprovado por decreto de 23 de Dezembro de 1899;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Visto o artigo 42.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892:

Hei por bom, conformando-me com o parecer do mesmo Conselho, aprovar a transmissão da propriedade da mina de volfrâmio do Alvaroso, na freguesia de Bodelhão, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, para a companhia inglesa «Wolfram Mining and Smelting & Company, Limited», ficando sujeita aos mesmos encargos e obrigações impostos pelo mencionado alvará de 2 de Maio de 1904 e a todas as disposições da lei e regulamentos em vigor ou que do futuro vierem a ser promulgados.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a

quem o conhecimento e a execução do presente alvará pertencer, o cumpram e façam cumprir o guardar tam inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o sêlo da República Portuguesa e com os do estampilha a que se refere o decreto de 16 de Junho de 1911.

Dado nos Paços do Govêrno da República, em 18 de Maio de 1912.—Manuel de Arriaga—José Estêvão de Vasconcelos. (Lugar do sêlo da República Portuguesa).

Alvará aprovando a transmissão da propriedade da mina do volfrâmio de Alvaroso, na freguesia de Bodelhão, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, para a companhia inglesa «Wolfram Mining and Smelting & Company, Limited», pela forma e com as prescrições retro declaradas.

Passou-se por despacho de 10 de Maio de 1912.

Emídio Cardoso, o fez.

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição de Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo Internacional de marcas

Notificação dos registos feitos no Bureau Internacional de Berne

Em harmonia com o disposto no artigo 3.º, do decreto de 1 de Março de 1901, e nos termos das convenções internacionais vigentes, se faz público que, segundo foi notificado pela Repartição Internacional de Berne, foram ali registados desde 8 a 31 de Maio de 1912, com marcas abaixo mencionadas, com os n.ºs 12:279 a 12:378, que estão à disposição de quem as desejar examinar na 1.ª Secção da Repartição da Propriedade Industrial.

Em 8 de Maio de 1912:

N.º 12:279.—Classes: 8.ª, 17.ª, 22.ª e 32.ª

Bühler Frères, Uzwil, Suíssa.

Destinada a máquinas, aparelhos e acessórios para grandes estabelecimentos de moagens, fábricas de telha, fábricas de cimento, trituração de materiais duros, fábricas de pastas alimentícias, fábricas de cervejas, fábricas de malte, fábricas para descasque de arroz; produtos em ferro fundido rijo; máquinas, aparelho e acessórios para instalações pneumáticas; prensas de todos os géneros e acessórios.

Em 10 de Maio de 1912:

N.º 12:280.—Classes: 11.ª 33.ª, 73.ª e 74.ª

E. C. Hemmer, México, D. F., México.

Destinada a toda a classe de pinturas, vernizes e artigos similares.

N.º 12:281 a 12:283.—Classe 62.ª

A. J. Polak, (raison sociale), Groningue, Países Baixos.

Destinadas a farinhas para fazerem «poudings».

N.º 12:284.—Classe 64.ª

Johs. Halbertsma's Zuivelindustrie, Snook, Países Baixos.

Destinada a queijo.

N.º 12:285.—Classe 64.ª

K. H. de Jong (société de commerce), Hoorn, Países Baixos.

Destinada a queijos de Edam (esféricos), queijos de Gouda (prato), queijos de Leyde, e todas as outras qualidades de queijos fabricados na Holanda.

Em 11 de Maio de 1912:

N.º 12:286.—Classe 79.ª

Edouard Jeramec, Paris, França.

Destinada a produtos farmacêuticos.

N.º 12:287.—Classe 15.ª

Société Anonyme des Produits Fréd. Bayer & C.º, Pflers, Nord, França.

Destinada a matérias colorantes e artificiais.

N.ºs 12:288 e 12:289.—Classe 79.ª

A mesma.

Destinadas a preparações farmacêuticas.

N.º 12:290.—Classes 8.ª, 11.ª, 29.ª, 32.ª, 33.ª, 36.ª, 73.ª e 74.ª

Compagnie Industrielle du Bâtiment (société anonyme), Paris, França.

Destinada a todos os produtos de pintura, de recobrimentos, de ornamentação sobre madeira, pedra, metal e cerâmica, todos os vernizes e tintas, assim como as ligeiras, muros, caixilhos e tabiques construídos com estes produtos.

N.º 12:291.—Classe 79.ª

L. Plantier, Annonay, Ardèche, França.

Destinada a produtos farmacêuticos.

N.º 12:292.—Classes 20.ª e 39.ª

Humbert Stringer, Lyon, França.

Destinada a lâmpadas elétricas.